

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**Uma discussão sobre a teoria do valor em Smith,
Ricardo e Marx**

FÁBIO MENDES FRANÇA
fabiom.franca@hotmail.com
matrícula nº.: 107412843

ORIENTADORA: Prof.^a Maria Mello de Malta
mariamalta@gmail.com

MAIO 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

Uma discussão sobre a teoria do valor em Smith, Ricardo e Marx

FÁBIO MENDES FRANÇA
fabiom.franca@hotmail.com
matrícula nº.: 107412843

ORIENTADORA: Prof.^a Maria Mello de Malta
mariamalta@gmail.com

MAIO 2012

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor.

O essencial é invisível aos olhos.

Antoine de Saint-Exupéry

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas foram importantes tanto para a conclusão deste trabalho quanto da própria faculdade. Gostaria de agradecer muito a minha mãe Ana Maria e a meu irmão “Junior” pelo apoio mais que necessário e por estarem sempre presentes me apoiando, mesmo que a distância. A minha namorada Camilla, que me acompanhou todo o tempo na faculdade, por todo o carinho, atenção e amor incondicional que sempre me ofereceu.

Agradeço a Maria pela orientação dada nesta monografia e antes desta nos trabalhos de iniciação científica. Agradeço também aos membros do Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile, em especial a minha orientadora, a Bruno Borja, Rodrigo Castelo Branco, Carla Curty e Angela Ganem, que muito contribuíram para minha formação intelectual e pessoal. Também agradeço aos participantes do Grupo de Estudos de “O Capital” principalmente as exposições feitas por Gabriel Zelesco e Allan Messentier. Sem este estudo, este trabalho teria se mostrado muito mais difícil.

E por último, mas não menos importante, agradeço aos colegas do CAPA, em especial Pedro Américo, João Mello e Thomas Willach pelos momentos de diversão e pelas discussões que de certa forma me ajudaram a melhor entender a teoria do valor. Sou grato ao Johnny, a Thiago e sua família e todos os meus amigos de Friburgo que mesmo tão longe, sempre estiveram presentes quando precisei. E claro, ao André e ao Guilherme, tão importantes para a minha formação acadêmica.

Resumo

O trabalho ora apresentado tem como tema a teoria do valor trabalho tal qual foi formulada pelos principais autores da economia política nos séculos XVIII e XIX: Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx. Primeiramente apresenta-se o trabalho de Adam Smith a respeito da teoria do valor (trabalho comandado) e do movimento de preços. Prossegue-se com a teoria de Ricardo (trabalho incorporado) e suas principais explicações sobre o movimento dos preços, dando ênfase a variações causadas pelas diferentes durabilidades dos capitais. Por último a teoria do valor e preços em Marx e suas inovações em relação aos autores anteriores. A saber: a definição de mercadoria e fetichismo.

Palavras-chave: Teoria do valor, valor trabalho, Smith, Ricardo, Marx, fetichismo da mercadoria.

Jel: B12, B31.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO I: A Teoria do valor e a determinação dos preços em Smith.....	9
1.1: A Teoria do Valor em Smith.....	10
1.2: A Determinação dos Preços em Smith.....	11
1.3: O Papel da Teoria do Valor em Smith.....	14
CAPÍTULO II: A Teoria do valor e a determinação dos preços em Ricardo.....	16
2.1: A Teoria do Valor em Ricardo.....	16
2.2: A Determinação dos Preços em Ricardo.....	20
2.2.1: Variações no preço devido à combinação de capital fixo e circulante.....	20
2.2.2: Variações no preço devido a desigual durabilidade do capital.....	22
2.3: O Papel da Teoria do Valor em Ricardo.....	24
CAPÍTULO III: A Teoria do valor e a determinação dos preços em Marx.....	25
3.1: Os dois fatores da mercadoria: valor-de-uso e valor (substância e quantidade do valor).....	26
3.2: O Duplo Caráter do Trabalho Materializado na Mercadoria.....	28
3.3: O Valor-de-troca.....	31
3.4: O Fetichismo.....	34
3.5: O Papel da Teoria do Valor em Marx.....	37
CONCLUSÃO.....	39
BIBLIOGRAFIA.....	42

INTRODUÇÃO

No edifício de uma teoria econômica, a teoria do valor é a pedra fundamental. Se esta for inconsistente ou mal formulada pode por abaixo todo o trabalho do pensador. No âmbito da teoria do valor os clássicos compartilhavam a noção de que o trabalho seria a origem e também a melhor medida do valor. Deste modo, na história do pensamento econômico a teoria do valor clássica foi comumente referida como teoria do valor trabalho.

A despeito das inúmeras diferenças entre as concepções de valor dos clássicos é possível estabelecer uma linha de desenvolvimento entre seus argumentos. Podemos encontrar nos três principais autores da economia política dos séculos XVIII e XIX, Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx, o caminho de diálogo que reflete o desenvolvimento do argumento sobre a origem e a medida dos valores.

Sendo assim, este trabalho visa apresentar de forma simplificada o que seu autor compreendeu, com base em sua formação de economista, quais seriam as principais questões que organizam o pensamento de cada um dos autores supracitados no que tange à teoria do valor.

O trabalho é organizado em três capítulos. Cada um dedicado a um dos autores identificados como fundamentais para nossa análise.

O primeiro capítulo se refere à teoria do valor e determinação dos preços em Smith. Sua apresentação visam, primeiro, explicar a teoria do valor do autor, destacando a origem do mesmo. Em seguida busca dar conta de como são determinados os preços, para finalmente identificar qual é o papel da teoria do valor no pensamento deste autor.

No capítulo dois manteremos a mesma estrutura de apresentação. No entanto o autor de referência será David Ricardo. Esta escolha organizativa tem relação com a forte referência que Ricardo tem na obra de Smith e o fato de sua construção analítica ter sido sempre formulada como uma espécie de discussão com aquele autor.

No terceiro capítulo decidimos modificar a forma de apresentação do argumento. Não querendo sugerir que haja uma ruptura de comunicação temática entre os autores, mas simplesmente refletindo a enorme diferença que o uso do método do materialismo dialético no trabalho de Marx fará em sua argumentação. Assim, o capítulo três se dividirá nas mesmas

quatro sessões que Marx dividiu seu primeiro capítulo de “O Capital”, além da introdução e uma última seção analisando o papel da teoria do valor para este pensador.

A conclusão do trabalho não pretende ser uma conclusão da discussão sobre este tema, pois tal postura além de ser maior que o necessário para a apresentação de um resultado de monografia de graduação desrespeitaria a história do pensamento econômico efetiva. Se não houve conclusão definitiva de algum debate em economia, o debate do valor é aquele que melhor se candidata ao posto.

CAPÍTULO I: A Teoria do valor e a determinação dos preços em Smith

Adam Smith é considerado o fundador da ciência econômica devido a sua obra “A Riqueza das Nações”. Neste livro ele tenta demonstrar como o mercado pode ser o fator de coesão social, ou como uma ordem surge naturalmente das trocas, diferente do que até então diziam Rousseau e Locke. Estes últimos defendiam que somente um contrato social entre os homens pode fundar o Estado e este trazer paz aos conflitos inerentes ao convívio entre seres humanos, chamado “estado de guerra”. Para Smith, as trocas eram naturais aos seres humanos¹ e não a violência.

Desta propensão a troca, cada ser humano se especializa em uma atividade que possua habilidade, gerando assim a divisão do trabalho. Demonstra o autor que a divisão do trabalho, isto é, a especialização de cada trabalhador em apenas uma etapa do processo produtivo geraria mais riqueza. Para defender seu argumento, Smith usa o seguinte exemplo:

Vi uma pequena manufatura desse tipo, com apenas 10 empregados, e na qual alguns desses executavam 2 ou 3 operações diferentes. Mas, embora não fossem muito hábeis, e, portanto não estivessem particularmente treinados para o uso das máquinas, conseguiam, quando se esforçavam, fabricar em torno de 12 libras de alfinetes por dia. Ora, 1 libra contém mais do que 4 mil alfinetes de tamanho médio. Por conseguinte, essas 10 pessoas conseguiam produzir entre elas mais do que 48 mil alfinetes por dia. Assim, já que cada pessoa conseguia fazer 1/10 de 48 mil alfinetes por dia, pode-se considerar que cada uma produzia 4 800 alfinetes diariamente. Se, porém, tivessem trabalhado independentemente um do outro, e sem que nenhum deles tivesse sido treinado para esse ramo de atividade, certamente cada um deles não teria conseguido fabricar 20 alfinetes por dia, e talvez nem mesmo 1, ou seja: com certeza não conseguiria produzir a 240ª parte, e talvez nem mesmo a 4 800ª parte daquilo que hoje são capazes de produzir, em virtude de uma adequada divisão do trabalho e combinação de suas diferentes operações. (SMITH, 1776, p. 66)

Também nos explica o autor que quanto maior o mercado, quanto mais pessoas estiverem comercializando, maior será a divisão social do trabalho². As pessoas tenderão a produzir cada vez mais para vender, ao invés de produzir a própria subsistência.

Uma vez estabelecida essa divisão social do trabalho, torna-se necessário que exista um denominador comum das trocas, surgindo naturalmente a necessidade do dinheiro como

¹ “Essa divisão do trabalho, da qual derivam tantas vantagens, não é, em sua origem, o efeito de uma sabedoria humana qualquer, que preveria e visaria esta riqueza geral à qual dá origem. Ela é a consequência necessária, embora muito lenta e gradual, de uma certa tendência ou propensão existente na natureza humana que não tem em vista essa utilidade extensa, ou seja: a propensão a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra.” (SMITH, 1776, p. 73)

² Este ponto é explorado pelo autor no capítulo III.

intermediador entre compradores e vendedores³. E a partir desse ponto, Smith questiona qual é a lógica do movimento dos preços, qual é a causa de aumentarem ou diminuírem e qual é a medida da riqueza. A teoria que busca essas esclarecer essas questões chama-se teoria do valor.

1.1: A Teoria do Valor em Smith

A fim de investigar os princípios que regulam o valor de troca das mercadorias, procurarei mostrar: Primeiro, qual é o critério ou medida real desse valor de troca, ou seja, em que consiste o preço real de todas as mercadorias. Em segundo lugar, quais são as diferentes partes ou componentes que constituem esse preço real. Finalmente, quais são as diversas circunstâncias que por vezes fazem subir alguns desses componentes, ou todos eles, acima do natural ou normal, e às vezes os fazem descer abaixo desse nível; ou seja, quais são as causas que às vezes impedem o preço de mercado, isto é, o preço efetivo das mercadorias, de coincidir exatamente com o que se pode chamar de preço natural.” (Idem, p. 85)

Segundo Smith, o valor de troca nada tem haver com o valor de uso, este último se referindo à utilidade ou uso da mercadoria. Um bem não vale mais porque dá mais satisfação no seu consumo ou é mais necessário à subsistência. Por exemplo, quando se compara o valor de troca da água com o valor de troca do diamante, o valor de troca do diamante é muito superior ao da água, mesmo esta sendo muito mais útil e necessária a subsistência do que aquele. “As coisas que têm o mais alto valor de uso freqüentemente têm pouco ou nenhum valor de troca; vice-versa, os bens que têm o mais alto valor de troca muitas vezes têm pouco ou nenhum valor de uso.” (Idem, p. 85).

A teoria do valor é uma teoria que busca entender o fundamento dos movimentos de preços relativos e a medida da riqueza produzida. E para Smith, este fundamento não está no valor de uso, mas encontra-se no trabalho.

“O preço real de cada coisa — ou seja, o que ela custa à pessoa que deseja adquiri-la — é o trabalho e o incômodo que custa a sua aquisição. O valor real de cada coisa, para a pessoa que a adquiriu e deseja vendê-la ou trocá-la por qualquer outra coisa, é o trabalho e o incômodo que a pessoa pode poupar a si mesma e pode

³ “O açougueiro tem consigo mais carne do que a porção de que precisa para seu consumo, e o cervejeiro e o padeiro estariam dispostos a comprar uma parte do produto. Entretanto, não têm nada a oferecer em troca, a não ser os produtos diferentes de seu trabalho ou de suas transações comerciais, e o açougueiro já tem o pão e a cerveja de que precisa para seu consumo. Neste caso, não poderá haver nenhuma troca entre eles. No caso, o açougueiro não pode ser comerciante para o cervejeiro e o padeiro, nem estes podem ser clientes do açougueiro; e portanto diminui nos três a possibilidade de se ajudarem entre si. A fim de evitar o inconveniente de tais situações, toda pessoa prudente, em qualquer sociedade e em qualquer período da história, depois de adotar pela primeira vez a divisão do trabalho, deve naturalmente ter se empenhado em conduzir seus negócios de tal forma, que a cada momento tivesse consigo, além dos produtos diretos de seu próprio trabalho, uma certa quantidade de alguma(s) outra(s) mercadoria(s) — mercadoria ou mercadorias tais que, em seu entender, poucas pessoas recusariam receber em troca do produto de seus próprios trabalhos.” (Idem, p.81)

impor a outros. (...) O trabalho foi o primeiro preço, o dinheiro de compra original que foi pago por todas as coisas. (...) e o valor dessa riqueza, para aqueles que a possuem, e desejam trocá-la por novos produtos, é exatamente igual à quantidade de trabalho que essa riqueza lhes dá condições de comprar ou comandar.” (Idem, p. 87)

Essa definição de trabalho como valor é a que permeia praticamente todo o raciocínio de Smith. Uma mercadoria vale, segundo o trecho acima, a quantidade de trabalho que ela pode comandar ou comprar. Para que uma mercadoria possa comprar ou comandar trabalho, seria necessário que este tivesse um preço. Entretanto esse preço ainda não está determinado.

Apesar de o trabalho ser a medida de valor, ele não é usado como tal, pela dificuldade própria de se medir a quantidade de trabalho em uma mercadoria. Existem diferentes intensidades e qualidades de trabalho e dificilmente se conseguiria chegar a um fator comum entre esses trabalhos. “(...) somente o trabalho, pelo fato de nunca variar em seu valor, constitui o padrão último e real com base no qual se pode sempre e em toda parte estimar e comparar o valor de todas as mercadorias. O trabalho é o preço real das mercadorias; o dinheiro é apenas o preço nominal delas.” (Idem, p. 90) De acordo com Smith, o dinheiro é a medida de valor utilizada comumente.

Entretanto o dinheiro varia de valor de tempos em tempos, assim como as outras mercadorias variam. Smith considera que para diferentes épocas e lugares os preços não acompanham precisamente o valor das mercadorias, sendo estas vendidas ora acima do valor, ora abaixo do valor. Até mesmo o trabalho é comprado ora por um preço maior que o seu valor ora por um preço menor.

1.2: A Determinação dos Preços em Smith

Esses preços, prossegue o autor no capítulo quatro, possuem fatores que o compõem e que variam segundo os estágios da sociedade. Nos estágios mais primitivos da civilização os frutos do trabalho são divididos entre os trabalhadores, ou seja, os frutos do trabalho só pagam rendimentos do trabalho. Estes salários são proporcionais à destreza ou esforço necessário na produção.⁴

“Nessa situação, todo o produto do trabalho pertence ao trabalhador; e a quantidade de trabalho normalmente empregada em adquirir ou produzir

⁴ “Em sociedades desenvolvidas, essa compensação pela maior dureza de trabalho ou pela maior habilidade costuma ser feita através dos salários p. os pelo trabalho” (Idem, p. . 100)

uma mercadoria é a única circunstância capaz de regular ou determinar a quantidade de trabalho que ela normalmente deve comprar, comandar ou pela qual deve ser trocada.” (Idem, p. 100)

Somente nesse trecho Smith se refere à noção de trabalho contido. Nesse período da civilização o preço de uma mercadoria é o esforço para produzi-la.

“Por exemplo, se em uma nação de caçadores abater um castor custa duas vezes mais trabalho do que abater um cervo, um castor deve ser trocado por — ou então, vale — dois cervos. É natural que aquilo que normalmente é o produto do trabalho de dois dias ou de duas horas valha o dobro daquilo que é produto do trabalho de um dia ou uma hora.” (Idem, p.101)

No estágio seguinte, onde o patrimônio ou capital “se acumulou”, usando a própria expressão do autor, nas mãos de pessoas particulares, o preço ganharia um novo componente, os lucros, uma remuneração pelo trabalho e pelo risco que o capitalista incorre, algumas vezes também definida como subsistência do capitalista. “Nesse caso, o valor que os trabalhadores acrescentam aos materiais desdobra-se, pois, em duas partes ou componentes, sendo que a primeira paga os salários dos trabalhadores, e a outra, os lucros do empresário, por todo o capital e os salários que ele adianta no negócio.” (Idem, p. 102)

No momento em que as terras também se tornam propriedade privada, os seus donos, os proprietários de terra, “como quaisquer outras pessoas, gostam de colher onde nunca semearam, exigindo uma renda, mesmo pelos produtos naturais da terra.”⁵ Desta maneira, o trabalhador tem que pagar uma taxa para colher aquilo que antes coletava gratuitamente.

Estes são os três componentes que constam em todos os preços das sociedades mais evoluídas de acordo com Adam Smith, isto é, aquelas em que já existem proprietários das máquinas ou ferramentas de produção e da terra. É possível que em alguns preços não estejam todos eles, mas no mínimo qualquer um deles estará formando o preço.

Algumas observações devem ser feitas: Apesar de o preço estar dividido entre lucros, salários e renda da terra, o preço de uma mercadoria é medido em trabalho comandado. Além disso, pode-se adicionar um quarto componente, que reporia o desgaste do capital e a matéria-prima empregada na produção. Este quarto componente é dispensável segundo Smith, pois ele também se divide entre salários, lucros e capital, como toda a mercadoria produzida. Também é possível, para Smith, que uma mesma pessoa receba mais de um componente do preço, por

⁵ (Idem, p.103)

exemplo, lucros e renda da terra. “Uma pessoa que cultiva uma parte de sua própria terra, depois de pagar as despesas do cultivo, deve receber tanto a renda que cabe ao proprietário da terra quanto o lucro de quem a explora.” (Idem, p. 106)

Até agora, definimos com o que medimos os preços – isto é, trabalho comandado – e quais são os componentes presentes nesses preços – salários, lucros e renda da terra. Também foi dito que os salários são pagos conforme o esforço do trabalhador e os lucros são proporcionais ao patrimônio empregado na produção. Cabe saber agora se existe algum parâmetro para as taxas de lucro, de salário e de renda da terra. De acordo com Smith:

Em cada sociedade ou nas suas proximidades, existe uma taxa comum ou média para salários e para o lucro, em cada emprego diferente de trabalho ou capital.(...) Existe outrossim, em cada sociedade ou nas suas proximidades uma taxa ou média de renda da terra, também ela regulada — como demonstrarei adiante — em parte pelas circunstâncias gerais da sociedade ou redondeza na qual a terra está localizada, e em parte pela fertilidade natural da terra ou pela fertilidade conseguida artificialmente. (Idem, Ibidem p.109)

O preço que paga os salários, lucros e renda da terra em suas taxa naturais é chamado preço natural. Contudo, nem sempre esse é o preço efetivo das mercadorias, às vezes ele pode estar acima do preço natural e de vez em quando, abaixo. “O preço efetivo ao qual uma mercadoria é vendida denomina-se seu preço de mercado.” (Idem, p.109)

O preço de mercado geralmente difere do preço natural, mas aquele sempre tende a este. Quando a demanda efetiva, aquela que tem realmente condições de adquirir a mercadoria⁶, é maior que a quantidade colocada no mercado, inicia-se uma concorrência entre os compradores, pois existem aqueles que estão dispostos a pagar mais do que o preço natural destas. Ao contrário, quando há menos demandantes do que produtos, os preços de mercado caem abaixo do natural, de forma que reduzem um dos componentes, salários, lucros ou renda da terra.

As quantidades oferecidas no mercado variam de acordo com muitos fatores. Uma boa colheita ou um monopólio são exemplos disso. Existem também os ganhos de produtividade, que reduzem o preço de se produzir uma mercadoria e podem com isso gerar ganhos extraordinários a trabalhadores, capitalistas ou proprietários de terra.

⁶ Smith também se refere a uma demanda absoluta, que é, além da demanda efetiva, a demanda por determinada mercadoria que não pode comprar ou arcar com esta mercadoria.

1.3: O Papel da Teoria do Valor em Smith

Adam Smith buscou entender o movimento dos preços, os quais são elementos centrais nos mercados, que segundo ele, gerariam a divisão do trabalho e o aumento da riqueza. Para entender plenamente isto, buscou em sua teoria do valor trabalho o suporte necessário para essa investigação. Esta teoria nos diz que o valor das mercadorias equivale à quantidade de trabalho que esta possa comprar ou comandar.

O valor determina o preço natural de cada mercadoria e seu preço real. Concluimos a partir disto que o trabalho comandado constitui a medida da riqueza produzida. Sabendo a quantidade de trabalho que as mercadorias podem comprar ou comandar em um país, por exemplo, podemos determinar o preço de toda a produção deste país.

Além disso, os preços de mercado gravitam em torno dos preços naturais. Ou seja, o valor de cada mercadoria constitui a âncora dos preços, de tal maneira que estes gravitam em torno do valor, ora acima deste, ora abaixo. Dado o valor das mercadorias podemos facilmente descobrir os preços relativos, isto é, quanto um produto vale não somente em termos de trabalho, mas em termos de outra mercadoria. Também é possível explicar porque os preços sobem ou descem. Além das variações normais da quantidade ofertada e demandada que podem desviar temporariamente o preço de mercado de seu preço natural, podem ocorrer variações no valor, que modificarão seu preço natural. Entretanto cabe salientar que os diversos componentes do preço natural diminuirão proporcionalmente, a fim de manter suas taxas naturais.

Como explicado mais acima, os preços naturais tem componentes, que variam de acordo com o estágio da sociedade. Nos estágios mais avançados os preços se dividem em salários, lucros e renda da terra. Se conhecermos as taxas naturais dos diferentes componentes do preço e o valor de uma determinada mercadoria, podemos conhecer quanto será, em termos absolutos, o valor dos componentes dos preços.

Desta maneira, a teoria do valor trabalho de Smith constitui peça fundamental em sua teoria, pois determina a medida da riqueza, o funcionamento das variações dos preços relativos e a valores dos componentes do preço natural.

Ricardo, discordando de Smith em alguns pontos não só na teoria do valor, escreve o livro *Princípios de Economia Política e tributação*, doravante, *Princípios*, onde toma o

trabalho de Smith como ponto de partida. A teoria do valor de Ricardo é o tema do próximo capítulo.

CAPÍTULO II: A Teoria do Valor e a Determinação dos Preços em David Ricardo

Adam Smith é considerado o primeiro autor a procurar explicar cientificamente a economia e David Ricardo é identificado como seu sucessor. Algumas de suas contribuições para a teoria econômica são bem conhecidas, como a teoria das vantagens comparativas. Ricardo conseguiu construir uma teoria da distribuição que possibilitava saber em que proporções se dividiria o produto, excluindo os salários, entre lucros e renda da terra. Com base nesta sua teoria participou do debate sobre as *Leis do trigo*, defendendo a abertura da Inglaterra a importação de trigo.

2.1: A Teoria do Valor em Ricardo

A análise do valor desenvolvida por Ricardo em *Princípios de Economia Política e Tributação* (1823) parte da análise de Smith⁷ explicada no capítulo anterior deste trabalho. Assim como Smith, para o autor, a utilidade, o uso ou a finalidade de uma determinada mercadoria não é a fonte de seu valor de troca.

Algumas mercadorias têm seu valor determinado somente pela escassez. Nenhum trabalho pode aumentar a quantidade de tais bens, e, portanto, seu valor não pode ser reduzido pelo aumento da oferta. Algumas estátuas e quadros famosos, livros e moedas raras, vinhos de qualidade peculiar, que só podem ser feitos com uvas cultivadas em terras especiais das quais existe uma quantidade muito limitada, são todos desta espécie. Seu valor é totalmente independente da quantidade de trabalho originalmente necessária para produzi-los, e oscila com a modificação da riqueza e das preferências daqueles que desejam possuí-los. (RICARDO, 1823, p.24)

Entretanto, o autor admite que certas mercadorias, que possuam características muito particulares e incomuns, tenham seus preços determinados pela sua escassez. Para Ricardo nenhum trabalho pode aumentar sua oferta e a quantidade de trabalho empregada na sua produção tampouco afeta seu preço. Quanto mais um bem for demandado pelos consumidores, maior será sua escassez e portanto maior o seu preço.

No entanto, esse conjunto de mercadorias é restrito, sendo o valor da maioria dos produtos regulados pelo trabalho empregado em obtê-las, isto é, a esforço ou o dispêndio de

⁷ “Para combater opiniões aceitas, o autor julgou necessário assinalar mais particularmente aquelas passagens das obras de Adam Smith com as quais não está de acordo. Mas espera que não se pense, por esse motivo, que ele não participe, juntamente com todos aqueles que reconhecem a importância da Economia Política, da admiração que com justiça desperta a profunda obra desse celebrado autor.” (RICARDO, 1823, p.20)

energia necessário à produção daquela mercadoria. Esta é a definição de trabalho incorporado ou trabalho contido. Ambos os autores mencionam o trabalho em suas teorias do valor, entretanto em sentidos diferentes⁸. Para Smith, uma mercadoria vale o quanto de trabalho ela consegue comprar, exceto no estágio primitivo onde o capital e a renda da terra não se acumularam ou não se tornaram propriedade. Em Ricardo, a mercadoria vale o quanto de trabalho é despendido em sua produção.

O trabalho despendido, portanto, na produção é o que explica o movimento dos preços relativos.

Se uma peça de lã valer hoje duas peças de linho, e se, dentro de dez anos, o valor de uma peça de lã alcançar quatro peças de linho, poderemos com certeza concluir que será necessário mais trabalho para fabricar o pano, ou menos para fabricar as peças de linho, ou ainda que ambas as causas influíram. (Idem, pág.30)

Os trabalhos de diferentes qualidades podem incorporar diferentes quantidades de valor nas mercadorias. Existem ofícios em que determinado número de horas incorpora muito mais valor as mercadorias do que em outros. Conseqüentemente, mercadorias que demandem o mesmo tempo para serem produzidas podem ter valores diferentes. Por exemplo, se a peça de lã no exemplo acima vale duas peças de linho, e se por acaso possuíssem o mesmo tempo de fabricação, isto se deveria ao fato de que o trabalho de fabricar lã é mais engenhoso do que o de fabricar linho⁹.

Podemos, pois, concluir justamente que, qualquer que tenha sido a desigualdade original entre eles, qualquer que tenha sido a engenhosidade, a habilidade ou o tempo necessário para adquirir destreza num tipo de trabalho manual mais do que em outro, tal desigualdade se mantém aproximadamente a mesma de uma para outra geração; ou, pelo menos, a variação é muito pequena de um ano para outro, e portanto pode afetar muito pouco, a curto prazo, o valor relativo das mercadorias. (Idem, pág.30)

As ferramentas necessárias ou utilizadas na produção também somam seu valor às mercadorias¹⁰. Mesmo em um estágio primitivo da sociedade tal como Adam Smith menciona

⁸ Ricardo critica Smith pelo fato de segundo ele, este fazer referência ao trigo ou ao ouro como medida de valor, pois o valor destes nunca varia. E ainda mais, como se o valor desta mercadoria nunca pudesse se alterar. Além disso, para Ricardo, Smith defende não apenas o trabalho como origem do valor, mas também os salários, quando este se refere ao valor de uma mercadoria como a quantidade de trabalho que estar possa comprar ou comandar no mercado. (Idem, p. 24-26)

⁹ “Como a pesquisa, para a qual pretendo chamar a atenção do leitor, se refere ao efeito das variações no valor relativo das mercadorias, e não no seu valor absoluto, será pouco relevante examinar o grau comparativo de valoração dos diferentes tipos de trabalho.” (Idem, p.30)

¹⁰ “Mesmo no estágio primitivo ao qual se refere Adam Smith, algum capital, embora possivelmente fabricado e acumulado pelo próprio caçador, seria necessário para capacitá-lo a matar sua presa.” (Idem, pág.31)

o trabalhador precisaria de algum equipamento ou ferramenta para produzir. Se, por exemplo, um caçador gasta mais tempo produzindo uma arma para matar um castor do que uma para matar um gamo, mesmo o castor valerá mais do que o gamo. Podemos imaginar que uma das armas seja muito mais duradoura, ou seja, consiga caçar mais animais do que a outra. Nesse caso, a arma mais duradoura transfere menos valor para a caça. Ou seja: todos os implementos usados na produção transferem seu valor às mercadorias, pois o trabalho nelas contido é indiretamente utilizado na produção, entretanto em proporção inversa a sua durabilidade. O valor de uma mercadoria fica então definido pela quantidade de trabalho incorporado no momento de produção da mercadoria somado ao valor transferido pelos implementos utilizados na sua produção.

Ainda que a sociedade passe para um estágio no qual os trabalhadores não são proprietários de seus meios de produção, esse princípio não se altera.

O mesmo princípio continuaria válido se imaginarmos ampliadas as atividades da sociedade, de tal modo que uns fornecem as canoas e os instrumentos necessários à pesca, e outros a semente e a maquinaria rudimentar inicialmente usada na agricultura: o valor de troca das mercadorias produzidas seria proporcional ao trabalho dedicado à sua produção — não somente à produção imediata, mas também à fabricação de todos aqueles implementos ou máquinas necessários à realização do trabalho próprio ao qual foram aplicados. (Idem, pág.32)

Além do exposto, o valor dos produtos não se altera se houver alterações nos salários ou lucros¹¹. Para exemplificar, vamos supor que um caçador e um pescador empregassem as mesmas quantidades de capital e de trabalhadores, mas o pescador produzisse duas vezes mais que o caçador. Pelo até aqui exposto, um animal caçado valeria por dois peixes, independentemente do valor de lucros e salários. Se os salários crescessem, nenhum dos dois, o caçador e o pescador, poderiam subir os preços, pois ambos seriam afetados pela mesma causa. A variação nos preços só poderia ocorrer se, por alguma razão, fosse mais dispendioso caçar ou pescar, fosse usado mais trabalho. O fato de os salários aumentarem não torna necessário mais trabalho para produzir as mercadorias.

Quando há uma variação nos preços relativos, podemos admitir três hipóteses: Ou o valor de uma mercadoria se alterou e a outra permaneceu constante, ou o inverso, ou ambas as

¹¹ Aqui também podemos fazer uma comparação com Smith: para este o preço das mercadorias era o somatório de salários, lucros e renda da terra. Caso houvesse um aumento dos salários haveria um aumento dos preços e o mesmo valeria para os outros componentes. Para Ricardo a distribuição entre salários e lucros não afeta o valor e conseqüentemente os preços.

coisas aconteceram. Se o trigo fica mais caro em relação ao ouro, é porque ou o ouro ficou mais fácil de ser produzido pela descoberta de uma nova mina de ouro ou o trigo tenha aumentado de valor, por causa de uma safra ruim entre outras razões. Ambas as coisas podem acontecer simultaneamente.

Se, portanto, tivéssemos um padrão invariável, pelo qual pudéssemos medir as variações ocorridas nas outras mercadorias, veríamos que o limite extremo até o qual elas poderiam aumentar — desde que produzidas nas circunstâncias supostas — seria proporcional à quantidade adicional de trabalho requerida para sua produção; e, a menos que fosse exigida uma quantidade maior de trabalho para produzi-las, não poderiam sofrer nenhum aumento. (Idem, pág.35)

A suposição que fizemos até agora é de que todas as máquinas e equipamentos necessários nos diferentes setores da economia possuíam a mesma duração, ou que seriam totalmente consumidos ao final do processo produtivo. Não haviam, até agora, diferenças na perenidade das máquinas e equipamentos. Mas isso não corresponde à realidade, segundo Ricardo:

Dependendo da rapidez com que pereça, e a frequência com que precise ser reproduzido, ou segundo a lentidão com que se consome, o capital é classificado como capital circulante ou fixo. Um fabricante de cerveja, cujas edificações e maquinaria têm grande valor e são duráveis, emprega uma grande parcela de capital fixo. Ao contrário, um sapateiro, cujo capital é principalmente empregado no pagamento de salários, que são gastos em alimentos e em roupas, mercadorias mais perecíveis que edifícios e maquinaria, utiliza uma grande proporção de seu capital como capital circulante.(RICARDO, 1823, pág.36)

Os capitais podem ser distinguidos entre capital fixo e circulante. O capital fixo é aquele que após o término do processo produtivo, não se desgastou completamente. O capital circulante é aquele que, ao contrário, é totalmente consumido. Por exemplo, na produção de roupas, o capital circulante é o algodão e o capital fixo são os teares ou máquinas usadas na fabricação. Essa divisão não segue uma regra rígida. O trigo pode ser considerado capital fixo na produção de trigo, mas capital circulante na produção de pão.

Dessa maneira, dois empresários podem ter capitais de mesmo valor, mas distribuídos entre fixo e circulante de maneira muito diferente. Ou ainda, podem ter capitais fixos de mesmo valor, mas de durabilidade diversa.

2.2: A Determinação dos Preços em Ricardo

2.2.1: Variações no preço devido à combinação de capital fixo e circulante

Essas diferenças de durabilidade afetarão os valores relativos, ou os preços, que nada mais são do que a proporção entre os valores absolutos das mercadorias. Se o trigo tem determinada quantidade de trabalho incorporada e a aveia o dobro, significa que se trocarão na razão de dois pra um. Ou, supondo nesse caso que o trigo esteja sendo vendido a uma libra, a aveia será vendida por duas libras. Esta lógica é válida naquela hipótese anteriormente admitida, de que os capitais têm igual durabilidade, se desgastam da mesma forma em todos os setores da economia¹².

Quando os capitais possuem proporções diferentes entre fixo e circulante a determinação dos preços depende da taxa de lucros e salários como veremos adiante. Para uma mesma quantidade de trabalho, salários maiores ou menores refletirão preços menores ou maiores dependendo da combinação de capital fixo e circulante de capital usada na produção.

Vejamos o exemplo que Ricardo:

Suponhamos que dois homens empreguem 100 trabalhadores cada um, por um ano, na fabricação de duas máquinas, que outro homem empregue o mesmo número no cultivo de trigo: no fim do ano, cada máquina valerá o mesmo que o trigo, pois foram produzidos com a mesma quantidade de trabalho. Suponhamos agora que o proprietário de uma das máquinas a utiliza, no ano seguinte, com o auxílio de 100 trabalhadores, na produção de tecidos de lã, e o dono da outra máquina, igualmente com o auxílio de 100 trabalhadores, a emprega na produção de artigos de algodão, enquanto o lavrador continua empregando 100 trabalhadores no cultivo do trigo. Durante o segundo ano, todos eles terão empregado a mesma quantidade de trabalho, mas os produtos e a máquina do fabricante de tecidos de lã, assim como os do fabricante de artigos de algodão, terão resultado do trabalho de 200 homens empregados por um ano; ou melhor, do trabalho de 100 homens durante dois anos, enquanto o trigo terá sido produzido pelo trabalho de 200 homens em um ano. Conseqüentemente, se o trigo valer 500 libras, a máquina e os produtos do fabricante de tecidos deverão valer juntos 1 000 libras, enquanto a máquina e os produtos do fabricante de artigos de algodão deveriam valer também o dobro do trigo. Mas esses produtos, na realidade, terão mais que o dobro do valor do trigo, pois o lucro do capital do fabricante de tecidos de lã e do fabricante de produtos de algodão, correspondente ao primeiro ano, terá sido acrescentado aos seus capitais, enquanto o do agricultor foi gasto e desfrutado. (Idem, pág.37)

Desta maneira a produção que necessitar mais capital fixo no exemplo anterior terá maiores preços, pois nos anos em que as mercadorias ainda estavam sendo produzidas, os

¹² “Se eles empregassem capital fixo de idêntico valor e durabilidade, os valores das mercadorias produzidas também seriam iguais, e variariam somente com a maior ou menor quantidade de trabalho empregada na sua produção.” (Idem, p.36)

lucros serão somados ao capital para que os donos destas máquinas possam se equiparar aos agricultores em termos de lucratividade. Supondo que os salários pagos sejam de 50 libras por ano, no primeiro ano o agricultor venderá seu produto por 5500 libras no total, supondo uma taxa de lucro de 10%¹³. Os donos da maquinaria que fabricarão lã e tecido por sua vez obterão não apenas as 5500 libras, mas além delas um adicional de 550 libras, 10% sobre o valor da maquinaria do primeiro ano, que é de 5000 libras de salários mais 500 de lucro. Pois para poder produzir lã, o dono da máquina não pode obter tal qual o agricultor as 5500 libras do primeiro ano, tendo que reinvesti-las afim de que pudesse obter a lã ou o tecido, seu produto final.

O que aconteceria com os preços relativos se houvesse então uma variação nos salários? Para mercadorias que mantenham as mesmas proporções de trabalho e capital na sua produção não há variação, pois como dissemos anteriormente mercadorias que possuam um capital com a mesma durabilidade tem seus preços determinados apenas pelo trabalho incorporado.

Mas no exemplo anterior, em que esta última hipótese não é válida, haverá mudança nos preços. A primeira consideração que Ricardo faz é que “Não pode haver um aumento no valor do trabalho sem uma diminuição nos lucros.” (Idem, p. 38) Se houver um aumento dos salários tal que diminua a taxa de lucro em 1%, de 10% para 9%. O preço da lã produzida seria de 5995 e não mais 6050¹⁴.

Pode-se deduzir que a fórmula usada para calcular o preço das mercadorias na hipótese de diferença de durabilidade de capitais é a seguinte:

$$P=W \times (1+r)^2 \quad (I)$$

Onde “P” é o preço da mercadoria, “W” são os salários, “r” é a taxa de lucro e “2” o número de períodos produtivos necessários para produzir a mercadoria, no exemplo. No

¹³ A forma como se determina essa taxa de lucro ainda não é discutida por Ricardo ainda, assunto que é tratado em capítulos posteriores. Por hora, podemos apenas aceitar esse valor, que é usado a fim de exemplificar o efeito do uso de maquinaria sobre os preços.

¹⁴ Ricardo considera que a redução dos lucros e o aumento dos salários ocorrerão apenas no segundo período, após o período de construção das máquinas, ou seja, no momento em que a lã será lançada ao mercado.

exemplo anterior há dois períodos produtivos, um para a produção das máquinas e outro para a produção de lã.

O que aconteceria se houvesse uma variação no número de trabalhadores necessários para produzir as mercadorias? A diferença seria muito maior do que a observada com a queda dos lucros. Se no exemplo dado reduzíssemos o número de trabalhadores de 100 para 80 o preço do trigo seria de 4400.

2.2.2: Variações no preço devido a desigual durabilidade do capital

A diferente durabilidade entre os capitais fixos também pode ser causa da variação nos preços. “Se o capital fixo não for de natureza durável, será necessária maior quantidade anual de trabalho para mantê-lo em seu estado original de eficiência, mas o trabalho assim despendido deve ser considerado como realmente gasto na mercadoria fabricada, a qual deve conter um valor proporcional a esse trabalho.” (Idem, pág.41) Uma variação nos salários afetará de maneiras diversas mercadorias que sejam produzidas com capital mais ou menos durável. Quanto mais durável for o maquinário, menor será o aumento do preço em virtude de um aumento dos salários.

Suponhamos que exista uma máquina que trabalhe o equivalente a 100 trabalhadores e que os salários sejam de 50 libras anuais. Se por acaso esse salários se elevassem a 55 libras¹⁵, o empregador não hesitaria em comprar as máquinas ao invés de contratar os trabalhadores. Mas o que aconteceria com o preço das máquinas? De acordo com o autor, pelo fato do maquinário não ser produzido inteiramente com trabalho, mas também com capital o seu valor não subiria para 5500 libras que é a soma dos salários de 100 trabalhadores. Por exemplo a máquina poderia ser produzida com o trabalho de 85 trabalhadores, o que somaria em salários 4250 libras, sendo os 750 restantes os lucros do capital¹⁶. Havendo o referido aumento de 10% nos salários, os salários seriam pagos ao valor de 4675 no total, sendo 325 libras agora os lucros do capital, pois se a máquina fosse vendida acima das 5000 libras, os capitalistas de outros setores migrariam para o setor de produção de máquinas, reduzindo os lucros.¹⁷ O autor conclui que a produção com máquinas é benéfica à economia, pois “Nem as

¹⁵ Novamente como no caso dos lucros, Ricardo não explicita as causas do aumento dos salários.

¹⁶ Ricardo faz a suposição de que a taxa de lucro nesse caso seria de $750/4250=15\%$

¹⁷ Ricardo supõe que o aumento nos salários em 10% reduz a taxa geral de lucros de 15% para $325/5000=6,5\%$, pois não haverá aumento geral dos preços para manter a taxa de lucro ou para que pelo menos ela não caia tanto.

máquinas nem as mercadorias por elas fabricadas aumentam em valor real, mas todas as mercadorias produzidas por máquinas diminuem na proporção em que estas sejam duráveis.” (Idem, p.43)

Em resumo, quando houvesse uma alteração nos preços, ideal seria obter uma medida invariável de valor, isto é, uma mercadoria que não fosse sujeita a todas as variações que foram explicadas acima, para que pudéssemos saber qual é a origem da variação dos preços relativos ou qual mercadoria agora possui maior ou menor valor. “É impossível obter tal medida, pois não há mercadoria que não seja suscetível às mesmas variações como aquelas cujo valor deve ser verificado;” (Idem, pág.43) Poderíamos tentar usar o ouro como medida invariável de valor, entretanto ele está sujeito a melhorias técnicas que reduzam o tempo de trabalho para produzi-lo; pode sofrer variações no preço devido à queda dos lucros ou o aumento dos salários; pode também passar a usar mais capital fixo ou capital fixo mais durável em sua produção e com isso estar menos propenso a variações no salário, ou todas essas causas simultaneamente.

Por fim o que acontece com o valor e com os preços das mercadorias quando acontece uma variação no dinheiro, que é o meio permanente de expressão dos preços?¹⁸ Se houver uma alteração nos preços de tal forma que a moeda duplique seu valor, nada acontece com o valor das outras mercadorias, nem com salários e a taxa de lucro, entretanto os preços seguem o movimento inverso, caem à metade do que eram anteriormente à alteração de valor. Em geral podemos afirmar que os preços das mercadorias sobem quando o valor do dinheiro diminui e vice-versa. Entretanto: “Um aumento nos salários, resultante de uma alteração no valor do dinheiro, produz um efeito geral sobre os preços e, por essa razão, não provoca nenhum efeito real sobre os lucros.” (Idem, pág.47) Não é por uma medida variável como o dinheiro que se mede as variações na distribuição do produto entre as classes sociais, mas pela quantidade de trabalho necessária para produzi-lo, de acordo com Ricardo. Se o produto dobra de valor e os trabalhadores não recebem o dobro de salário em termos reais¹⁹, significa que os capitalistas obtiveram ganho real.

¹⁸ Este ponto é importante devido ao fato de que na época de Ricardo ainda existia moeda metálica, que era uma mercadoria e comprava-se com ela por quanto ela valia. Diferente de hoje, que usamos moeda fiduciária, cujo valor intrínseco não reflete seu poder de compra.

¹⁹ Salário real é quanto o trabalhador pode comprar de mercadorias, é seu poder de compra. O salário nominal é apenas o valor em dinheiro do salário. Um aumento do salário nominal pela desvalorização da moeda em nada afeta o salário real, mas uma variação no salário real pode fazer o salário nominal variar, no caso em que a moeda mantenha seu valor relativo.

Diferentemente de Smith um aumento dos salários não levará necessariamente a um aumento dos preços. No caso de ser possível usar maquinário em substituição aos trabalhadores, se os salários aumentam os empregadores preferem comprar máquinas, que não estarão sujeitas ao mesmo aumento. No caso em que não existem diferenças entre capital fixo e circulante entre as mercadorias, somente um aumento no tempo de trabalho necessário para produzir as mercadorias pode aumentar o valor e conseqüentemente os preços. Nesse caso o aumento dos salários ocasionará uma redução nos lucros.

2.3: O Papel da Teoria do Valor em Ricardo

A teoria do valor trabalho de Ricardo cumpre um papel importante no que diz respeito à determinação dos preços. Enquanto se podem manter as mesmas proporções de capital fixo nas diferentes linhas de produção, o preço das mercadorias fica determinado pelo trabalho incorporado a essas mercadorias. Além disto, é possível medir os salários e lucros por essa mesma medida, ainda que os trabalhadores sejam donos dos seus meios de produção, ou que estes pertençam a uma classe de homens que os empregue e lhes provenha às ferramentas necessárias para trabalhar, este principio, de que o trabalho incorporado é o que dá valor as mercadorias se mantém. Entretanto pelas diferenças de durabilidade de capital ou de composição do mesmo, o trabalho incorporado não é o único determinante no movimento dos preços. Como apresentado ao longo deste capítulo, não só o aumento ou redução da quantidade de trabalho necessária na produção influi nos preços, mas também o nível de salários e lucros. Itens que sejam mais intensivos em trabalho terão seus preços aumentados se houver aumento dos salários e analogamente, bens mais intensivos em capital serão mais afetados por mudanças na taxa de lucro.

Quanto mais capital fixo e durável for usado na produção, mais insensível a variações nos salários os preços das mercadorias serão. Por todas essas variações citadas o trabalho incorporado explica parcialmente o movimento dos preços, devido a influencia de lucros e salários na determinação deste. Para tanto, Ricardo admite que seria necessário um padrão invariável de valor, uma medida-padrão que não fosse sujeita a toda a sorte de variações citadas acima seria necessária para descobrirmos a origem das variações e medirmos a riqueza através dela. Tal medida para o autor não é possível, pois todas as mercadorias são sujeitas a essas flutuações.

CAPÍTULO III: A Teoria do Valor em Marx

Em Marx, a formulação da teoria do valor sofre significativas mudanças tanto em sua forma quanto em seu conteúdo. Este autor ainda mantém uma continuidade com os autores anteriormente apresentados, pois ainda mantém a centralidade do trabalho na formulação de sua teoria do valor. Todavia existe uma grande diferença entre o trabalho de Marx e o dos clássicos que envolve o método dialético e que se expressa em no primeiro capítulo de “o Capital” nas categorias de fetichismo e mercadoria.

A noção de mercadoria traz em si o que Marx considerou a sua maior contribuição ao entendimento da ordem econômica e social do capitalismo: o duplo caráter do trabalho materializado na mercadoria. Este duplo caráter do trabalho reflete-se em uma nova relação entre os conceitos de valor-de-uso e valor-de-troca, já presente nos clássicos, bem como na própria noção de valor.

Além disso, Adam Smith e David Ricardo entendem o desenvolvimento histórico como um desenvolvimento que possui como princípio a propensão natural dos homens à troca. Desta propensão natural “surgiriam” gradativamente as relações sociais que dariam origem ao capital e aos recursos naturais privadamente apropriados. Junto com o surgimento destes evidenciar-se-iam seus respectivos donos: os capitalistas e os proprietários de terra. A estas propriedades corresponderiam remunerações específicas chamadas os lucros e a renda da terra.

Marx logo nas primeiras linhas do primeiro capítulo de “O Capital” esclarece uma grande mudança de seu trabalho em relação aos seus antecessores ao afirmar que “A riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em ‘imensa acumulação de mercadorias’” (MARX, 1886, p. 57). Esta grande mudança está tanto da dimensão histórica posta em voga pela noção de uma sociedade sob a ordem da produção capitalista, como na sua noção de mercadoria. Deixa explicitado que seu estudo é a respeito de uma sociedade específica, que surgiu em determinado momento do desenvolvimento histórico e tem características próprias, como ficaria entendido ao longo daquele capítulo.

Continuando a passagem referida cima, o autor explica: “... e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar de riqueza. Por isso, nossa investigação começa com a análise da mercadoria.” (op.cit.).

Identificando a mercadoria como o ponto de partida de sua análise, Marx subsume sua teoria do valor a esta resignificação categorial de mercadoria. Desta forma, Marx nos obriga a seguir sua própria estrutura de argumento para sermos capazes de apresentar sua teoria do valor. Trataremos, pois, neste capítulo, dos “dois fatores que compõem a mercadoria: valor-de-uso e valor”, em seguida adentraremos “o duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias”, mergulharemos na questão da “forma do valor ou o valor-de-troca” e por último enfrentaremos o fetichismo característico da produção de mercadorias.

3.1: Os dois fatores da mercadoria: valor-de-uso e valor (substância e quantidade do valor)

A mercadoria se revela primeiro como algo que satisfaça necessidades humanas, sejam de subsistência ou não. Podem ser usadas diretamente como produtos a serem consumidos, ou indiretamente, como meios de produção de outras mercadorias. Como coisas úteis elas podem ser vistas tanto como qualidade tanto como quantidade. Cada mercadoria possui diversos modos de ser utilizada e existem diversas formas de se medir suas quantidades. Por exemplo, a mercadoria roupa satisfaz a necessidade de se vestir e geralmente se mede por peças de roupa: 1 calça, 1 camisa, etc. Alimentos, cuja utilidade já está explícita no seu nome, são medidos em quilos, gramas, libras, ou outras quaisquer medidas de peso utilizadas.

Esses usos e medidas são socialmente aceitos, podendo variar conforme os lugares e as épocas. “A utilidade de uma coisa faz dela um valor-de-uso” (Idem, p.58). Os valores-de-uso obtêm suas características das propriedades materiais inerentes a eles e não dependem da quantidade de trabalho, mas da forma como foi despendido. Apesar das mercadorias serem valores-de-uso, essa não é uma característica unicamente delas. Existem coisas que são valores-de-uso, e podem coexistir com as mercadorias, sem serem mercadorias, por não serem produto do trabalho humano ou não serem passíveis de apropriação privada, como por exemplo o ar. No caso das mercadorias, seu valor-de-uso é o veículo material do valor-de-troca. Este nada mais é do que as proporções em se trocam os diversos valores-de-uso, na medida em que expressa o seu conteúdo de valor.

Essas relações sociais de troca parecem fortuitas, mas na verdade não o são. Se diferentes valores-de-uso, que possuem diferentes propriedades físicas e saciam diferentes necessidades, podem se igualar nessas relações, é porque existe algo comum entre eles, que não deriva de suas propriedades materiais. Em suas relações de troca interessam as

quantidades e não o aspecto qualitativo das mercadorias. A pergunta que se põe imediatamente é: quantidade de que coisa?

Se prescindirmos do valor-de-uso da mercadoria, só lhe resta ainda uma propriedade, a de ser produto do trabalho. Mas então, o produto do trabalho já terá passado por uma transmutação. Pondo de lado seu valor-de-uso, abstraímos, também, das formas e elementos materiais que fazem dele um valor-de-uso. Ele não é mais mesa, casa fio ou qualquer outra coisa útil. Sumiram todas as qualidades materiais, Também não é mais o produto do trabalho do marceneiro, do pedreiro, do fiandeiro ou de qualquer outra forma de trabalho produtivo. Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, também desaparece o caráter útil dos trabalhos neles corporificados; desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto, elas não se distinguem mais umas das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato. (Idem, p.60).

No trecho acima, Marx nos revela uma segunda característica das mercadorias: a de serem frutos do trabalho. E este trabalho empregado na produção de cada valor-de-uso tem um caráter útil, concreto. Ao velar o caráter útil dos produtos do trabalho²⁰, vela-se também o caráter útil dos trabalhos contidos nos produtos. Resta-lhe parecer apenas trabalho independente de sua forma. “Esses produtos passam a representar a força de trabalho humana gasta em sua produção, o trabalho humano que neles se armazenou. Como configuração dessa substância social que lhes é comum, são valores, valores-mercadorias.” (Idem, p.60) E é essa coisa social, o valor, que é comum a todas as mercadorias e se revela nas relações de troca. E essa substância social se mede pela quantidade de trabalho abstrato materializado na mercadoria, que por sua vez se mede em horas, minutos, etc.

Importante lembrar que o trabalho abstrato de referência ou o tempo de trabalho que é substância criadora do valor não é todo e qualquer tempo de trabalho gasto na produção, mas apenas dispêndio **usual** de força de trabalho naquela atividade. É o gasto de energia em média necessário ou socialmente necessário para produzir determinada mercadoria. E aqui Marx introduz o conceito de “tempo de trabalho socialmente necessário” que nada mais é que o tempo de trabalho gasto na produção de uma mercadoria em condições socialmente normais de destreza, ferramentas, etc. Por condições socialmente normais de produção pode-se entender número de trabalhadores necessários com uma determinada organização comumente usada na produção, destreza média de produção. Esse tempo de trabalho socialmente necessário está sujeito a variações, devido a mudanças no grau de destreza dos trabalhadores ou na tecnologia empregada na produção.

²⁰ O trabalho contido na mercadoria pode ser visto tanto como trabalho abstrato como trabalho concreto. Esse duplo caráter do trabalho será explorado com mais detalhes na próxima seção.

Desta maneira, o tempo de trabalho socialmente necessário é a medida do valor, aquela substância comum a todas as mercadorias, que se expressa e se valida na relação de troca de umas com as outras. “o valor de uma mercadoria está para o valor de qualquer outra, assim como o tempo de trabalho necessário a produção de uma está para o tempo de produção necessário à outra” (Idem, p. 61). Observe que a forma como Marx desenvolve sua análise sobre o valor é diferente dos outros economistas políticos até aqui estudados. É comum encontrar em ambos expressões como “a mercadoria vale tantas horas de trabalho.” Para Marx, o tempo de trabalho é a *substância* do valor, é o que constitui, dá forma, grandeza.

Ricardo reconhece este caráter não aparente do valor, pois fala da necessidade um padrão invariável de valor, com o qual pudesse medir todas as variações de valor de todas as mercadorias. Ele próprio conclui que essa busca é vã, pois não há tal mercadoria que não esteja suscetível a variações de valor.

Podem ocorrer variações na produtividade do trabalho, como já dito anteriormente. Em geral, se a produtividade do trabalho aumenta, o valor das mercadorias diminui. Se a produtividade cai, o valor das mercadorias aumenta. “A grandeza do valor de uma mercadoria varia na razão direta da quantidade e na razão inversa da produtividade do trabalho que nela se aplica.” (Idem, p.62).

Finalizando esta seção seria interessante esclarecer algumas sutilezas da forma mercadoria. Uma coisa que não seja fruto do trabalho, como o ar, não é mercadoria. Assim como uma coisa que não tenha utilidade também não pode ser mercadoria, mesmo sendo fruto de trabalho humano, pois o trabalho despendido nela é inútil. Soma-se a isso que um produto do trabalho que tenha utilidade, mas que é destinado à subsistência do produtor, também não pode ser mercadoria. A mercadoria é um produto do trabalho destinado à troca e só pode ser transferido desta forma²¹.

3.2: O Duplo Caráter do Trabalho Materializado na Mercadoria

A mercadoria apareceu-nos, inicialmente, como duas coisas: valor-de-uso e valor-de-troca. Mais tarde verificou-se que o trabalho também possui duplo caráter: quando se expressa como valor, não possui as mesmas características que lhe pertencem como gerador de valor-de-uso. (Idem, p. 63).

²¹ “O produto, para se tornar mercadoria, tem de ser transferido a quem vai servir como valor-de-uso por meio da troca” (Idem, p.62).

Na sociedade de produtores de mercadorias, existem inúmeros valores-de-uso que se trocam nas mais variadas proporções. Cada valor-de-uso possui forma particular de ser produzida, meios necessários para produzi-lo e forma de fazê-lo. A esse caráter do trabalho, de produzir valores-de-uso Marx chama de trabalho útil.

Na sociedade em que os valores-de-uso ganham a dimensão de mercadoria é necessário que cada trabalho útil seja autônomo em relação aos outros e realizado privadamente. É também necessário que cada produtor produza apenas uma parte de suas necessidades, buscando as outras coisas que necessita no mercado. Para uma sociedade como a que estamos estudando se desenvolver, é necessário que antes dela uma divisão social do trabalho esteja já organizada, onde cada indivíduo seja responsável por produzir uma parte dos valores-de-uso daquela sociedade, ou seja, que os diferentes trabalhos úteis existentes estejam distribuídos entre os indivíduos da sociedade. No entanto, nem toda divisão social do trabalho implica produção de mercadorias.

Além disso, o valor-de-uso não é só fruto do trabalho, mas possui um substrato natural. O homem, com seu trabalho, é apenas transformador de algo (objeto de trabalho) que já existia anteriormente. “Conforme diz Willian Petty, o trabalho é o pai, mas a mãe é a terra.” (Idem, p. 65).

Como já foi explicado, todas as mercadorias possuem algo em comum, algo que se manifesta nas relações de troca. Apesar da diferença nas formas de produção, as mercadorias se equivalem como fruto do trabalho humano abstrato, mesmo que despendido nos mais diferentes ofícios. Mas de acordo com Marx o trabalho abstrato pode ser tanto simples como complexo. Uma dada quantidade de trabalho complexo vale uma quantidade maior de trabalho simples. Se for admitido que o trabalho de produzir linho seja complexo e o de produzir lã seja simples, uma hora de trabalho produtor de linho, ou um dado dispêndio de força humana produzindo linho transferirá mais valor a mercadoria do que a mesma quantidade de trabalho produtor de lã.

Com o trabalho humano ocorre algo análogo ao que se passa na sociedade burguesa, onde em geral um banqueiro um papel importante e fica reservado ao simples ser humano uma função inferior. Trabalho humano mede-se pelo dispêndio de da força de trabalho simples, a qual, em média, todo homem comum, sem educação especial, possui em seu organismo. O trabalho simples médio muda de caráter com os países e estágios de civilização, mas é dado numa determinada sociedade. Trabalho complexo vale como trabalho simples potenciado ou, antes, multiplicado, de modo que uma quantidade dada de trabalho qualificado é igual a uma quantidade maior de trabalho simples. A experiência demonstra que essa

redução sucede constantemente. Por mais qualificado que seja o trabalho que gera a mercadoria, seu valor a equipara ao produto de um trabalho simples e representa, por isso, uma determinada quantidade de trabalho simples. (Idem, p.66).

Esta diferenciação parece casual aos produtores e acontece sem que os mesmos tenham consciência disso. A continuação do argumento de Marx vai considerar todo o trabalho como simples para não ser necessário sempre converter os trabalhos.

Quando analisamos as mercadorias como valor-de-uso, abstraímos do valor e vice-versa. Isso também ocorre com o trabalho. Quando observamos seu caráter útil, concreto, deixamos de lado sua capacidade de gerar valor, sua forma abstrata. O trabalho útil gera valor-de-uso, transforma o substrato natural em algo que tenha utilidade socialmente aceita, enquanto o dispêndio de energia nessa produção é apenas substância do valor. Marx explica de melhor forma:

Se o trabalho contido na mercadoria, do ponto de vista do valor-de-uso, só interessa qualitativamente, do ponto de vista do valor só interessa quantitativamente e depois de ser convertido em trabalho humano, puro e simples. No primeiro caso, importa saber como é e o que é o trabalho; no segundo, sua quantidade, a duração de seu tempo. Uma vez que a grandeza do valor de uma mercadoria representa apenas a quantidade de trabalho nela contida, devem as mercadorias, em determinadas proporções, possuir valores iguais. (Idem, p. 67).

Assim compreendendo o duplo caráter do trabalho, que é tanto qualidade como quantidade, pode-se prosseguir ao entendimento do que é produtividade do trabalho. Em Marx, o aumento da produtividade se refere à capacidade, dado um determinado período de tempo, de se produzir mais valores-de-uso. Tal como produzir dois casacos no período em que se produzia apenas um. Se isto de fato ocorre implica que o valor de cada casaco individualmente diminui, pois a quantidade de trabalho abstrato antes utilizada para produzir um casaco agora produz dois. “Produtividade é sempre produtividade de trabalho concreto, útil, e apenas define o grau de eficácia da atividade produtiva adequada a certo fim, em dado espaço de tempo.” (Idem, p.68).

Todo o trabalho é, de um lado dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores-de-uso. (op. cit.).

3.3: O Valor-de-troca

Nesta seção será estudado o valor de troca, que precede o dinheiro e a forma preço do valor. Para elucidar o surgimento dos preços, nos deteremos na forma mais simples de expressão do valor, a que Marx chama de forma simples, fortuita ou singular do valor. É aquela forma na qual duas mercadorias, no exemplo linho e casaco, se trocam.

20 metros de linho = 1 casaco, ou 20 metros de linho valem um casaco (I)

“O linho expressa seu valor no casaco, que serve de material para expressão de valor.” (Idem, p.70). Ao primeiro elemento dessa relação Marx define como forma relativa do valor. A mercadoria que se encontra nessa posição é aquela que efetivamente está tendo o seu valor representado.

A segunda, no caso o casaco, se apresenta na forma de equivalente. Essas duas formas são inseparáveis. Se uma mercadoria está na forma de relativa, é porque uma mercadoria diferente está na forma de equivalente. Não há como uma mercadoria ter seu valor expressado sem ter algum veículo material, alheio a sua própria natureza, para expressar esse valor. E analogamente, se uma mercadoria está na forma equivalente, é porque seu valor-de-uso está tornando aparente o valor de alguma outra mercadoria. O valor se expressa nessa relação, é o que a define, e não o contrário, como pensavam os mercantilistas.

Relembrando, se colocamos duas mercadorias pé de igualdade, se elas podem efetivamente se trocar é porque apesar de sua diferente existência corpórea existe algo comum entre elas, o trabalho humano abstrato. Se dissermos que 20 metros de linho equivalem a 20 metros de linho, isso não equivale a uma relação de troca.

Em 20 metros de linho são gastos a mesma quantidade de trabalho, o mesmo dispêndio de energia, músculos, etc. do que em 1 casaco. Só que o valor não é evidente aos sentidos, pois é substância social. Só se torna perceptível quando duas mercadorias estão em uma relação de igualdade. Assim o valor do linho pode expressar seu valor em outra mercadoria, o casaco. É claro que se os 20 metros de linho valem 1 casaco, o inverso também acontece, só que aí teremos que inverter a relação e o casaco que expressava o valor do linho passa a ter o seu valor expressado por este.

Também é importante entender que a quantidade de valores-de-uso varia se variar o valor de cada mercadoria. Pode acontecer de o valor do linho cair à metade e nesse caso, 40

metros de linho valem 1 casaco. Alternativamente, se o casaco requerer metade do tempo de trabalho anteriormente necessário, dessa forma 20 metros de linho valem 2 casacos. Todavia se em ambos houver a mesma redução do valor, a relação troca permanece a mesma. Ou seja, assim como em Ricardo, não é possível perceber pela relação de troca entre mercadorias em qual das duas ou se em ambas houve variação do valor. “A verdadeira variação da magnitude do valor não se reflete, portanto, clara e completa em sua expressão, isto é, na equação que expressa a magnitude do valor relativo.” (Idem, p. 77).

Como dissemos a respeito da forma de equivalente, ela apenas representa concretamente o valor da mercadoria na forma relativa. Seu valor não é expresso nessa relação. A primeira e mais aparente propriedade da forma equivalente é que seu valor-de-uso se torna expressão do valor, apesar de essa relação parecer apenas uma relação de igualdade. Marx nos provê um exemplo por analogia: a balança. Quando se quer saber o peso de alguma coisa, coloca-se essa coisa de um lado da balança e do outro, pedaços de metal, chamados “pesos”, os quais já se tem conhecimento de quanto pesam. E com isso colocamos ou tiramos pesos até o ponto em que a balança se equilibre. Os pesos são expressão do peso daquela coisa colocada no outro prato. Da mesma forma a mercadoria equivalente cumpre a função similar a dos pesos, pois não explicita características materiais da mercadoria na forma relativa, mas põe em evidencia o trabalho despendido nesta, seu valor. A dificuldade de compressão fica ainda menor se pensarmos no dinheiro: este passa a ser o equivalente geral de todas as outras mercadorias, tal como os pesos na balança para todas as outras coisas.

Uma segunda característica da forma equivalente é que seu trabalho útil expressa o trabalho abstrato. Tanto o linho como o casaco são fruto de trabalho humano abstrato, mas são trabalhos de qualidade diferente, executados de formas diversas.

Considerando-se esse trabalho concreto do alfaiate simples expressão do trabalho humano em geral, passa ele a identificar-se com outro trabalho, com o incorporado no linho. Em consequência, não obstante seja trabalho privado, como qualquer outro que produz mercadorias, é também trabalho em forma diretamente social. É, portanto, uma terceira propriedade da forma equivalente tornar-se o trabalho privado a forma do seu contrário, trabalho em forma diretamente social. (Idem, p.80-81).

A forma simples do valor, nos afirma Marx, é deficiente, pois nela somente uma mercadoria expressa seu valor usando outro valor-de-uso. Essa forma, de acordo com o pensador se desenvolve para uma forma mais completa, permanentemente ampliável. Essa é a forma extensiva do valor:

20 metros de linho = 1 casaco ou = 40 quilos de café, etc.(II)

Não existe mais nessa forma a relação eventual entre dois produtores, mas sim múltiplas relações, podendo assim uma mercadoria ter várias formas equivalentes, expressar seu valor nos mais diversos valores-de-uso. Desta maneira temos sempre uma forma relativa particular única e múltiplas formas equivalentes. Entretanto essa forma é incompleta, pois cada mercadoria se expressa em todas as outras. Cada mercadoria pode ocupar a forma relativa, tendo todas às outras como suas equivalentes.

Todavia, quando vários produtores começam a trocar suas mercadorias por uma específica, por exemplo, linho, e esta vai se tornando gradativamente o equivalente mais comum, a forma de se expressar o valor das outras mercadorias, o valor-de-troca passa por uma nova transformação, e se torna a forma geral do valor:

1 casaco = 20 metros de linho

10 quilos de chá = 20 metros de linho (III)

1 quarta de trigo = 20 metros de linho

Agora todas as mercadorias tomam um mesmo valor-de-uso para expressar seu valor. “É uma forma simples, comum a todas as mercadorias, portanto, geral” (Idem, p. 89) As outras formas que estudamos apenas representavam o valor isoladamente.

A forma fortuita do valor apenas permite que as mercadorias estabeleçam relações duas a duas. Essa é a forma mais primitiva de expressão do valor. A mercadoria A toma o valor-de-uso de B para se expressar e a mercadoria C faz o mesmo com a mercadoria D, somente. Depois, quando surge a forma extensiva, quando as trocas ganham um caráter mais rotineiro, a mercadoria A passa a utilizar tanto a mercadoria B, quanto a C ou a D para exprimir seu valor. E o mesmo vale para estas em relação a todas as outras. A forma geral aparece somente quando uma mercadoria ganha visibilidade ante as outras mercadorias e torna-se a expressão de valor de todas as outras, torna-se a única na forma equivalente.

As duas mercadorias anteriores expressam o valor de cada mercadoria isoladamente, seja numa única mercadoria de espécie diversa, seja numa série de mercadorias diferentes. Em ambos os casos, assumir uma forma é, por assim dizer, negocio privado de cada mercadoria onde não há participação das outras, que desempenham, em confronto com ela, o papel meramente passivo de equivalente. A forma geral do valor, ao contrario, surge como obra comum do mundo das mercadorias. O valor de uma mercadoria só adquire expressão geral porque todas as outras mercadorias exprimem seu valor através do mesmo equivalente, e toda nova espécie de mercadoria tem de fazer o mesmo. “Evidencia-se, desse modo, que

a realidade do valor das mercadorias só pode ser expressa pela totalidade das relações sociais, pois essa realidade nada mais é que a ‘existência social’ delas, tendo a forma do valor, portanto, de possuir validade social reconhecida.” (Idem, p. 88)

O linho em nosso exemplo tem permutabilidade direta com todas as mercadorias. É seu monopólio social ser equivalente geral. Esta mercadoria se equipara a todas as outras assim como o trabalho privado que a produz se transforma no equivalente geral de todos os trabalhos. As mercadorias perante ela são qualitativamente iguais e comparáveis em magnitude do valor. O trabalho têxtil reduz todos os outros trabalhos a trabalho humano abstrato.

A forma equivalente acompanha o desenvolvimento da forma relativa. Esses são os dois pólos opostos do valor-de-troca, relação de troca esta que não pode existir sem essa oposição, essa negação. Observe que não seria possível existir valor-de-troca se antes não houvesse uma oposição própria na forma mercadoria: a oposição entre valor e valor-de-uso.

A forma simples ainda permite ser invertida, isto é, a mercadoria na forma relativa ocupar a forma de equivalente e vice-versa. Entretanto, esta relação se desenvolve, abrangendo a totalidade dos valores, transmutando-se na forma extensiva. Nela o valor na forma relativa toma todos os valores-de-uso para poder se exprimir. Agora não é mais possível inverter a relação como na forma fortuita sem alterá-la, transformá-la. Uma vez invertida, a mercadoria que estava na forma relativa se torna a equivalente geral de todas as outras, e temos assim a forma geral do valor. Essa mercadoria passa a ser a única a ser trocável por todas as outras. É a única que pode ser diretamente permutável por todas as outras. Passa a apenas emprestar sua utilidade, sua característica de objeto útil para que todas as outras mercadorias possam expressar seu valor. É a forma antitética da mercadoria.

Quando a mercadoria que cumpre esse papel passa a ser o ouro, depois que este passa por todas essas formas (simples, extensiva e geral) temos finalmente a forma dinheiro. A permutabilidade geral e direta se adéqua a forma específica da mercadoria ouro, por força do hábito social. A diferença da forma geral para a forma dinheiro é que na forma dinheiro o ouro passa a ser o equivalente geral de todas as outras mercadorias.

3.4: O Fetichismo

Diria Marx que a primeira vista, a mercadoria parece algo muito simples, algo que satisfaz necessidades e que se troca por outros produtos. Mas tão logo começamos a analisar

suas características e propriedades vemos que é algo muito estranho. De onde vem esse mistério? Como valor-de-uso nada há de incompreensível nela. A mercadoria satisfaz necessidades humanas. Também não causa estranheza o fato de que uma mercadoria é fruto de trabalho humano, uma transformação de um substrato natural em coisa útil aos homens.

A esta altura do argumento, o que determina o valor também é de fácil entendimento. Todo o trabalho humano é dispêndio de energia humana. Além disto, podemos distinguir o claramente o que é quantidade de trabalho do que é qualidade de trabalho. Quando dizemos que um casaco leva 3 horas de trabalho de um experiente tecelão, pode-se observar a quantidade de trabalho que são 3 horas e a qualidade do trabalho, que é tecer. Um ferreiro provavelmente levaria muito mais horas para produzir um casaco, talvez um dia. E da mesma forma diferenciamos a quantidade da qualidade do seu trabalho. Por último, o fato de haver divisão do trabalho entre os homens o identifica como trabalho social.

“O caráter misterioso que o produto do trabalho apresenta ao assumir a forma de mercadoria, donde provém? Dessa própria forma, claro” (Idem, p. 94). Aquela igualdade entre os trabalhos, ou seja, o fato de serem dispêndio de energia humana vira igualdade entre os produtos do trabalho. A quantidade de trabalho, às 3 horas de trabalho do tecelão experiente aparece como 1 casaco apenas. E o caráter social dos trabalhos onde há divisão do trabalho vira relação social entre coisas.

A mercadoria oculta dessa maneira às características sociais dos trabalhos, revelando-se como características sociais dos produtos aos quais os seres humanos parecem estar à revelia. A isso Marx chama de fetichismo, a aparência de que as mercadorias possam estabelecer relações sociais, se antropomorfizarem.

Recordemos: uma mercadoria tem que ser valor-de-uso social, ser fruto do trabalho e ser transferida a outrem por meio da troca. Somente na troca os trabalhos patenteiam seu caráter social.

Em outras palavras, os trabalhos privados atuam como partes componentes do conjunto do trabalho social, apenas através das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e por meio destes, entre os produtores. Por isso, para os últimos, as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem de acordo com o que realmente são como relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas, e não como relações sociais diretas entre os indivíduos em seus trabalhos. (Idem, p. 95)

E quando já está bem difundida e organizada a sociedade mercantil é que os trabalhos apresentam duplo caráter social. De um lado tem que satisfazer as necessidades de outros produtores de mercadoria, se firmando como valor-de-uso social e ao mesmo tempo em que te satisfazer a seu próprio produtor podendo ser intercambiável. E isso só é possível quando se abstrai do caráter útil dos trabalhos, igualando-os como dispêndio de energia. O produtor só apreende esse fenômeno de forma invertida, isto é, percebe que seu trabalho é útil por produzir algo que possua valor de uso e que seu trabalho pode se igualar ao de outros quando o produto de seu trabalho se iguala a algo materialmente diverso, com características diferentes a ele.

Os homens não consideram os produtos do trabalho iguais porque os trabalhos que os produzem são em essência a mesma coisa, mas quando igualam os seus produtos é que consideram iguais os seus trabalhos.

Como vimos nos itens anteriores, as trocas numa sociedade mercantil nada tem de casuais. Muito menos as quantidades dos diferentes produtos do trabalho são determinadas por suas características físicas, mas sim por serem frutos do trabalho humano, de gasto de energia ainda que nas mais diferentes formas. E que para tal sociedade surja é necessário que já exista uma divisão do trabalho, que cada produtor separe uma parte dos frutos do seu trabalho não para satisfazer suas necessidades, mas a de outros, criando valores-de-uso sociais. Dessa forma cada produto é fruto de trabalhos privados que se tornam sociais quando as trocas se efetivam. A mercadoria é o invólucro material que eclipsa as relações sociais entre os produtores. Por serem as intermediárias das relações entre os diferentes trabalhos, pelo fato de que na troca de produtos materiais e diferentes entre si é o que faz os trabalhos privados e independentes serem sociais também, e que aquelas relações entre os trabalhos ficam escondidas, não aparentes. A mercadoria atuando como intermediário das relações sociais entre os trabalhos dá aos produtores de mercadorias a aparência fantasmagórica de estarem sobre o controle das coisas ao invés de as controlarem.

E a partir do momento em que os homens já construíram essa forma dominante de dividir o trabalho, a partir do momento em que existe a forma dinheiro do valor é que os homens se esmeram em explicar aquilo que é sua própria criação social, tal como a linguagem. E descobrem que as relações aparentes entre seus produtos não são estabelecidas pelo costume, mas pelo tempo de trabalho socialmente necessário na produção das mercadorias. “As formas que convertem os produtos do trabalho em mercadorias já possuem

a consistência de formas naturais da vida social, antes de os homens se empenharem a apreender, não o caráter histórico dessas formas, que eles, ao contrário, consideram imutáveis, mas seu significado” (Idem, p. 97). Com a análise dos preços fica evidente que há algo de comum em todas as mercadorias, o valor. Mas a forma dinheiro dissimula as relações sociais entre os produtores, por ter a aparência de que todas as mercadorias se relacionam com o dinheiro e parecer absurdo que se relacionem entre si, relações que em essência se equivalem. Os homens podem bem entender esse fenômeno do valor, mas a fantasmagoria da produção de mercadorias nunca se dissipa.

3.5: O Papel da Teoria do Valor Trabalho em Marx

A teoria do valor em Marx só faz sentido como parte de uma teoria da sociedade mercantil ou uma teoria da mercadoria. É somente quando os produtores estabelecem relações de troca entre seus produtos privados e somente após essa forma de organização social chegar a sua forma acabada, o dinheiro, e se tornar aparentemente natural, é que se tenta entender a lógica pela qual as mercadorias se trocam, tentando se livrar da aparência de casualidade que reveste estas relações.

O valor é algo social, não perceptível aos sentidos e se expressa nos valores-de-troca ou em sua forma já desenvolvida, a forma preço. E o valor é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a produção da mercadoria e só pode se expressar nestas relações de troca, onde ele ao mesmo tempo valida o tempo gasto na produção da mercadoria e pode se tornar perceptível. Nestas relações o valor de uma mercadoria toma o valor-de-uso de outra para poder expressar seu valor.

Somente a partir do estudo do valor e de sua forma de expressão é que podemos entender o surgimento da forma dinheiro. E ainda mais, a partir deste estudo que se entende que na verdade a relação entre os diferentes valores é uma relação entre os homens. Os homens dividem o trabalho, dando-lhe um caráter social, e distribuem seus produtos por meio da troca. A relação de valor é uma relação social escondida sob um invólucro material, dando a aparência de uma relação entre coisas. Esta relação parece tão natural para os homens que passam a admitir que todas as formas anteriores à sociedade produtores de mercadorias são baseadas na troca.

Por fim, é importante uma observação: apesar de o estudo da forma mercadoria e o estudo do valor nele incluso serem importantes para entender o fetichismo da mercadoria, não

são imprescindíveis. O fetichismo é a aparência de que as mercadorias possam estabelecer relações sociais entre si, coisa característica de homens. Não importa a lógica com a qual os produtos do trabalho se trocam, mas antes disso, que exista uma divisão do trabalho e que os produtores troquem seus produtos. O essencial do fetichismo é que a partir do momento em que os homens predominantemente troquem seus produtos, independe da lógica que determina as relações de troca, ainda assim seus trabalhos são homogêneos, são todos em essência dispêndio de energia humana, mas que pela troca estas relações entre os produtores adquirem a aparência fantástica de relação entre os produtos do trabalho.

CONCLUSÃO

Adam Smith, partindo do suposto que as trocas são naturais e a partir destas se desenvolvem uma divisão do trabalho, definiu que essas trocas seriam reguladas pela quantidade de trabalho que a mercadoria pudesse comprar. Todo o produto social poderia ser medido em termos uma medida comum, o trabalho comandado. Os preços, de acordo com o autor, são definidos conforme o estágio de desenvolvimento da sociedade, sendo primeiro equivalentes a quantidade de trabalho necessário para produzir o bem, e no momento em que se acumulam capitais e terra na mão de determinados homens, suas rendas passam a compor o preço das mercadorias, preços esse medidos em trabalho comandado, e claro, as parcelas do produto destinado a cada classe também. Se uma das parcelas cresce, o preço aumenta o equivalente a este crescimento.

Ricardo ao invés de pensar que a mercadoria tem seu valor definido pela quantidade de trabalho que esta pode comprar, defende que a quantidade de trabalho que é usada para fabricar determinado produto é que na realidade define o valor da mercadoria e sua relação de troca, o preço. E isto é válido independente do estágio social. Mesmo que exista o capital ou a renda da terra, os preços continuam a ser regulados pelo trabalho incorporado. Entretanto, o autor pontua que o preço possa se desviar do valor quando existem diferentes durabilidades do capital e/ou quando existem diferentes proporções entre trabalho e capital nos diferentes ramos produtivos. Os lucros tem que ser proporcionais ao capital investido e quanto maior o período de produção, maior devem ser os lucros.

Ricardo também afirma, apesar de não demonstrar claramente no seu capítulo sobre teoria do valor, que existe uma relação inversa entre salários e lucros. Quando estes aumentam, aqueles diminuem. O que para Smith não era verdade. Se os salários subissem, os preços também. Era possível até que os salários e lucros subissem simultaneamente. Este autor também defende que não existe tal coisa como um padrão invariável de valor, enquanto Smith define este padrão invariável como o preço do trabalho.

Marx estabelece como teoria do valor algo mais próximo de Ricardo do que de Smith. Ao definir primeiro o que é mercadoria, defende a substância do valor como o tempo de trabalho humano abstrato socialmente necessário, assim se relacionando de forma mais

próxima a definição de trabalho incorporado. E são esses valores que determinam o valor-de-troca em uma sociedade que produza mercadorias, mesmo que os trabalhadores ainda possuam os meios para produzir estas. Mas Marx dá um passo além, quando diz que a mercadoria é ao mesmo tempo valor-de-uso e valor, e que o trabalho empregado na produção da mercadoria é simultaneamente trabalho útil e trabalho abstrato. E explica que a relação de troca se dá quando uma mercadoria, possuindo o mesmo valor de outra, toma o valor-de-uso dessa outra mercadoria para expressar esse valor. E no desenvolvimento dessa relação é que surge o dinheiro como “última” forma de expressão do valor das mercadorias. Pelo fato de esta relação social entre os produtores, ser intermediada pela troca, é que podemos entender o fetichismo da mercadoria.

“A economia política analisou, de fato, embora de maneira incompleta, o valor e sua magnitude, e descobriu o conteúdo que ocultam. Mas nunca se perguntou por que ocultam esse conteúdo, por que o trabalho é representado pelo valor do trabalho, e a duração do tempo de trabalho, pela magnitude do valor. Fórmulas que pertencem, claramente, a uma formação social em que o processo de produção domina o homem, e não o homem o processo de produção, são consideradas pela sociedade burguesa uma necessidade tão natural quanto o próprio trabalho produtivo.” (Idem, p. 102)

Smith quando define as trocas como naturais ao ser humano evidencia o fetichismo a que Marx se refere. Ao acreditar que o estágio de desenvolvimento da sociedade é determinado pelas formas de propriedade privada, também entende como naturais as instituições sociais características de período histórico em que o autor vive.

Observando outras formas de sociedade é que podemos esclarecer o que há de particular na produção de mercadorias. Primeiramente pode-se pensar se o trabalho não tivesse um caráter social, isto é, se um homem sozinho pudesse produzir as coisas que necessita. Nesse caso, é bem claro para este homem que a produção é fruto de seu trabalho e que certas coisas lhe custam mais energia que outras. Pode-se ainda pensar no sistema de produção familiar, em que se dividia o trabalho entre os diferentes membros, de acordo com sua destreza, habilidade, força física, etc. Nesse caso, apesar de o trabalho ser social, nada há de misterioso. Cada membro, a sua medida, contribui para a satisfação de necessidades de todos, sem a necessidade de haver troca das coisas produzidas.

Pode-se pensar também em uma sociedade em que não haja propriedade privada dos meios produtivos, que sejam de todos. Os homens se associam livremente, conscientes de que estão todos em conjunto produzindo o que lhes é necessário. Uma parte do que produzem repõe o que foi gasto na produção anterior e o resto passa a ser consumido pelos membros

dessa sociedade, estabelecendo uma regra de distribuição do produto entre os homens. “Neste caso, as relações sociais dos indivíduos no tocante a seus trabalhos e aos produtos de seus trabalhos continuam meridianamente claras, tanto na produção quanto na distribuição.” (Idem, p. 100)

Em nenhuma das sociedades que mostramos acima as relações de trabalho ficam intermediadas por coisas, ou a troca é pressuposto de circulação dos produtos. Faltou a Smith e Ricardo explicitarem que o modo de produção que se propuseram a explicar tem muitas particularidades e que em outros períodos, os homens não se organizaram desta forma. Faltou também perceber que a mercadoria tendo utilidade e sendo fruto do trabalho reflete o duplo caráter do trabalho. Isto porque representa nesses dois atributos o trabalho concreto do ser humano, que transforma a matéria natural em algo que ele consuma ou se utilize, enquanto o trabalho em sua dimensão de unidade quantitativa de dispêndio de energia humana é que permite as diferentes mercadorias se igualarem. Enfim, faltou-lhes antes de tentarem entender o valor e as relações de troca, entender a própria forma mercadoria. Faltou-lhes dar dimensão histórica a forma social de produção que tentavam explicar.

“Seus mais categorizados representantes, como A. Smith e Ricardo, tratam com absoluta indiferença a forma do valor ou consideram-na alheia à natureza da mercadoria, O motivo não decorre apenas de a análise do valor absorver totalmente a sua atenção. Há uma razão mais profunda. A forma do valor do produto do trabalho é a forma mais abstrata, mais universal, do modo de produção burguês, que, através dela, fica caracterizado como uma espécie particular produção social, de acordo com sua natureza histórica. A quem considere esse modo de produção a eterna forma natural da produção social, escapará, necessariamente, o que é específico da forma valor e dos seus desenvolvimentos posteriores, a forma dinheiro, a forma capital, etc.” (Idem, p. 102 nota 32)

BIBLIOGRAFIA

DOBB, M. Teoria do Valor e Distribuição desde Adam Smith. Editorial Presença, 1973

GANEM, A. Adam Smith e a explicação do mercado como ordem social: uma abordagem histórico-filosófica; Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, vol. 4, n.2, 2000.

GAREGNANI, P. & PETRI, F. Marxismo e Teoria Econômica hoje, In: Hobsbawn, E. História do Marxismo, vol. 12, Paz e Terra, 1989.

GAREGNANI, P. The Labour Theory of Value: ‘detour’ or technical advance? .In: Caravele, G.A. (ed) *Marx and the Modern Economic Analysis: Values, Prices and Exploitation: The Future of Capitalism and the History of Thought*, Edward Elgar, 1991.

MARX, Karl(1886). O Capital: Crítica da Economia Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2008

NAPOLEONI, C; Reflexões sobre o capítulo VI inédito de O Capital. Rio de Janeiro. Civilização Cultural, 1980.

RICARDO, David(1823). Princípios de Economia Política e Tributação. Coleção Os Economistas. São Paulo: Editora Nova Cultural. 1996

RUBIN, I. A Teoria Marxista do Valor; São Paulo: Editora Braziliense. 1980 traduzida da terceira edição russa de 1928.

SMITH, Adam(1776). A Riqueza das Nações. Coleção Os Economistas. São Paulo: Editora Nova Cultura. 1996

VIANELLO “Labour Theory of Value” in J. Eatwell, M. Milgate & P. Newman “The New Palgrave”, Macmillan, 1987